

Comissão aprova novo orçamento para 1990

JORNAL DE BRASÍLIA

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou ontem o relatório final sobre a proposta orçamentária da União para 1990 (ressalvados os destaques), que fixa despesas e receitas de NCz\$ 338 bilhões (a preços de maio deste ano). A previsão do relator final, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) é de que o parecer final, uma vez aprovado, será encaminhado hoje ao presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro, para que ele encaminhe a sua votação no plenário, o que deverá ocorrer até sexta-feira, quando terá início o recesso parlamentar.

As modificações introduzidas na proposta orçamentária pelo relator consistiram na criação de uma programação especial de NCz\$ 1,5 bilhão (para atender a emendas de parlamentares) e no remanejamento de recursos da ordem de NCz\$ 3 bilhões. Além disso, o relator acatou também em seu parecer propostas comuns dos candidatos à presidência da República, tais como: os dispositivos que impedem o presidente Sarney de iniciar novas obras pelo Orçamento de 90 e que só autorizam ao novo presidente liberar verbas para projetos da programação especial.

Críticas

A programação especial — que inicialmente foi fixada em NCz\$ 1 bilhão e no relatório final foi elevada para NCz\$ 1,5 bilhão — foi o mecanismo inventado pela Comissão Mista para atender a alguma das emendas dos parlamentares dentre as 11 mil apresentadas este ano. Ele enfrentou dentro e fora do Congresso diversas críticas pelo fato de não estar amparada em previsões firmes de receitas, mas sim em presumido excesso de arrecadação. Por isso mesmo, os candidatos à Presidência, através de suas lideranças no Congresso, solicitaram ao relator a inclusão de uma salva-

guarda pela qual tal programação só pode ser executada uma vez comprovada a existência de recursos em excesso.

Além dessas salvaguardas, ainda é expectativa das lideranças do PRN e do PT que o presidente José Sarney venha a vetar o mecanismo da programação especial por inconstitucionalidade. As críticas à programação de NCz\$ 1,5 bilhão sem amparo em receitas foram tantas que o próprio relator Eraldo Tinoco contra-ataca em seu parecer que, "só os mais apressados disseram que a nova sistemática possibilhou uma voragem fisiológica e eleitoreira entre os congressistas".

Mudanças

Em seu relatório final, a Comissão Mista fez também um remanejamento de NCz\$ 3 bilhões, transferindo-os para o Poder Judiciário (NCz\$ 1,9 bilhão) e para setores sociais, como educação, transporte, energia e agricultura. Esses recursos vieram da reserva de contingência (1,6 bilhão); dos cortes de investimentos (NCz\$ 450 milhões); cortes de custeios (NCz\$ 600 milhões) e cancelamento de cerca de NCz\$ 300 milhões que iriam para o pagamento da dívida da Sunamam.

12 DFZ 1989

A proposta é integrada pela primeira vez, por força da Constituição, pelos orçamentos fiscal, da Seguridade Social e dos investimentos das estatais. Ele prevê um mecanismo de indexação pelo qual as despesas serão reajustadas mensalmente no próximo ano pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Batizado de Unidade de Referência Orçamentária (URO), este mecanismo será aplicado nos primeiros meses de vigência do orçamento, com um redutor de 10%, que irá caindo até zero — quando as despesas serão corrigidas em 100% do IPC, a partir de novembro de 1990.